



AS ILHAS DO PORTO E AS TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO DOS SÉCULOS XIX E XX

Andrea Toth Teixeira
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

andreatoth93@outlook.com
<http://lattes.cnpq.br/6302196463558930>

Resumo

O artigo apresenta uma caracterização das “Ilhas” e seu desenvolvimento ao longo dos séculos XIX e XX, a partir do estudo de situações inerentes das habitações e da população em que lá habitava. A análise desenvolvida através de pesquisas realizadas aponta questões como o fundamento de sua existência, após um aumento demográfico de relevância na cidade do Porto, os problemas de salubridade notáveis nestas zonas, a partir de questões como ventilação e iluminação e a visão que outras classes sociais tinham a respeito destas moradias. Com o passar dos anos, algumas intervenções foram empregadas, entretanto suas concepções de organização do espaço urbano não alcançaram um bom desfecho para a época. Por fim buscamos realçar a importância que as Ilhas tiveram e ainda tem para a sociedade nos dias de hoje. Arquitetos contemporâneos como Álvaro Siza Vieira, o qual foi referido neste artigo e teve duas obras denotadas, e o Movimento SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), cujo defende a ideia da população intervir nas decisões de urbanização da cidade, mostrando a importância do poder local e do público e colocando assim as Ilhas à vista para todos, sem os preconceitos de tempos precedentes.

Palavras-chave: Habitação Social; Políticas de Habitação; Industrialização.



THE ILHAS OF PORTO AND THE TYPOLOGIES OF HOUSING OF THE CENTURIES XIX AND XX

Abstract

The article presents a characterization of the “Ilhas” and their development throughout the century XIX and XX, based on the study of the inherent situations of the dwellings and the population in which they lived there. The analysis developed through research carried out points out questions as the foundation of its existence, after a demographic increase of relevance in the city of Porto, the salubrity problems noted in these areas, from issues such as ventilation and lighting and the view that other social classes had about these dwellings. Over the years, some interventions were employed, however their conceptions of urban space organization did not reach a good outcome for the time. Finally we seek to highlight the importance that the Ilhas had and still has for society today. Contemporary architects such as Álvaro Siza Vieira, who was referred to in this article and had two works denoted, and the SAAL (Service for Local Mobile Support) Movement, whose advocates the idea of the population intervene in the urbanization decisions of the city, showing the importance of local power and the public and thus putting the Ilhas in sight for all without the prejudices of former times.

Keywords: Social Habitation; Housing Policies; Industrialization.



LAS ILHAS DEL PORTO Y LAS TIPOLOGÍAS DE VIVIENDA DE LOS SIGLOS XIX Y XX

Resumen

El artículo presenta una caracterización de las “Ilhas” y su desarrollo a lo largo de los siglos XIX y XX, a partir del estudio de situaciones inherentes de las viviendas y de la población en que allí habitaba. El análisis desarrollado a través de investigaciones realizadas apunta cuestiones como el fundamento de su existencia, tras un aumento demográfico de relevancia en la ciudad de Oporto, los problemas de salubridad notables en estas zonas, a partir de cuestiones como ventilación e iluminación y la visión que otras clases sociales tenían acerca de estas viviendas. Con el paso de los años, algunas intervenciones fueron empleadas, sin embargo sus concepciones de organización del espacio urbano no alcanzaron un buen desenlace para la época. Por fin buscamos subrayar la importancia que las Ilhas han tenido y aún tiene para la sociedad en los días de hoy. Arquitectos contemporáneos como Álvaro Siza Vieira, el cual fue referido en este artículo y tuvo dos obras denotadas, y el Movimiento SAAL (Servicio de Apoyo Ambulatorio Local), que defiende la idea de la población de intervenir en las decisiones de urbanización de la ciudad, mostrando la importancia del poder local y del público y colocando así a las Ilhas a la vista para todos, sin los prejuicios de tiempos anteriores.

Palabras clave: Vivienda Social; Políticas de Vivienda; Industrialización.



Introdução

A segunda metade do século XIX é marcada por uma fase bastante importante para o desenvolvimento de Portugal. A cidade do Porto, com o crescimento industrial, apresentou aumento de produção, caminhos de ferro popularizados e infraestruturas para todo este desenvolvimento, atraindo assim, populações rurais vindas do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e da Beira. Devido a este movimento de urbanização acelerado, algumas características de cidade antiga como vielas, deram lugar as novas ruas, novas pontes e novos edifícios.

Neste final de século, alguns marcos para a cidade foram registrados. Em 1875 foi inaugurada a Estação de Campanha, principal estação ferroviária da Região Norte do país e de grande importância na movimentação de mercadorias e passageiros, em 1877 a ponte D. Maria Pia representou um papel de destaque fazendo a ligação ferroviária entre as duas margens do Rio Douro. O Mercado Ferreira Borges foi edificado nesta época e surgiu como um dos melhores exemplos da arquitetura do ferro na cidade do Porto e em 1888 a ponte Luís I, construída com estrutura metálica, a qual liga a cidade do Porto a Vila Nove de Gaia, acabou de ser construída.

Contrapondo a primeira metade do século XIX, marcado pela crise econômica e as invasões francesas, entre 1864 e 1900, na segunda metade do século, a população urbana teve o seu aumento em cerca de 75%, levando a cidade a ter o maior crescimento populacional do país. A migração dos campos para as zonas industriais conduziram a uma superpopulação da cidade do Porto, porém mesmo com a alta taxa de mortalidade associada a inúmeras doenças infecto contagiosas que se proporcionou na época, a população continuou a crescer. Grande motivo para essa migração ser proveniente do Norte de Portugal, é explicado devido uma crise na agricultura da época, e a população olhar então o Porto como uma oportunidade para trabalho.

A grande ocupação da cidade do Porto gerou aumento na mão de obra para indústrias presentes na cidade, entretanto, os baixos salários e precariedade nas condições de vida dos trabalhadores conduziram a criação de habitações de baixa qualidade, a baixo custo.



Formação das Ilhas e sua tipologia

“As ilhas são por definição uma unidade urbanística de construção espontânea, não se identificando com nenhum tipo anterior de construção rural ou urbana” (SEIXAS, 1997, p.107).

Para grande parte da população naquela época, as ilhas apresentavam-se como o único tipo de habitação possível, visto que os custos do aluguel de outros tipos de moradias se revelavam incompatíveis com o orçamento daquelas famílias. Dessa forma, as ilhas tornaram-se a principal solução para o alojamento daquelas famílias que faziam parte da população migrada e muito presentes na cidade Portuense, entretanto, não se sabe ao certo a sua origem. Referências a esta tipologia de conjuntos de habitações que continham apenas uma saída para a rua já existiam no século anterior, porém foi no final do século XIX que as Ilhas se firmaram com maior força na cidade do Porto.



Figura 1 – Ilhas do Porto. Fonte: VÁZQUEZ, Isabel; CONCEIÇÃO, Paulo.



Figura 2 – Ilhas do Porto. Fonte: VÁZQUEZ, Isabel; CONCEIÇÃO, Paulo.

Este tipo de habitação operária desvia-se do conceito operário de outras cidades industriais como Lisboa, caracterizada pelos pátios ou cidades industriais europeias no geral. Acredita-se que as Ilhas do Porto tenham tido influências inglesas na cidade, associando as moradias com as primeiras back-to back houses construídas a partir do final do século 18 até o início do século 20. Estas, construídas como as habitações mais baratas possíveis e geralmente abaixo do padrão, foram objeto de controvérsia, sendo consideradas as piores formas de moradia na cidade de Leeds, na Inglaterra. Sua construção se configurou em casas de dois andares, em pequenos pátios acessados através de tuneis vindos de ruas principais, caracterizados por um espaço estreito com pouca luz e ventilação. Estas condições, a falta de saneamento e registro de alguns casos com mais de 700 pessoas habitando 34 casas, revelam as condições perfeitas para a propagação de doenças. Após a proibição deste tipo de construção, algumas propostas de melhoria foram apresentadas promovendo algumas mudanças, porém ainda um pouco primitivas. Ainda na década de 1890 a melhoria continuou, assumindo uma forma padronizada e constituída em três diferentes layouts urbanos e posteriormente, no início do século 20 este tipo de construção já apresentava um padrão popular de boa qualidade, mas ainda assim com sua reputação comprometida.

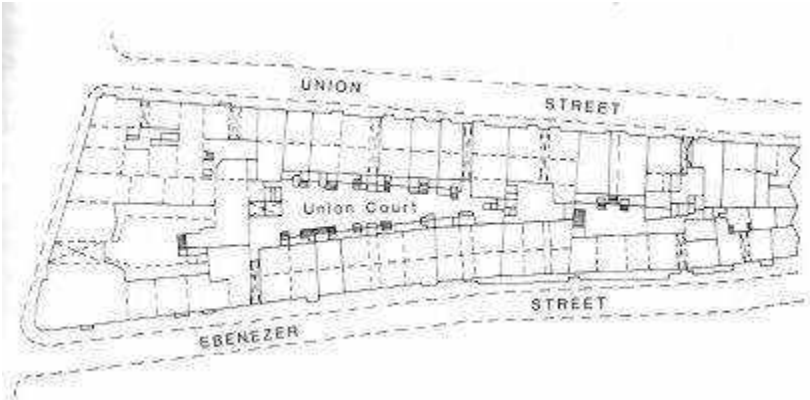


Figura 3 – As primeiras casas foram construídas na Union Street e na Rua Ebenezer Fonte: <https://secretlibraryleeds.net/2017/05/22/back-to-back-houses-and-their-communities/>

Em geral, as construções das Ilhas do Porto se fixavam no miolo dos quarteirões urbanos, onde ficam os quintais traseiros de habitações de classe média, que por sua vez encontravam-se em terrenos de fraco valor imobiliário. Caracterizavam-se pela construção de pequenas casas térreas, cuja área estaria normalmente entre 16 e 24 metros quadrados e as quais eram acessadas por um ou mais corredores estreitos que davam a ligação apenas com a rua.

“Estes pequenos e escuros espaços eram geralmente fracamente ventilados, já que na maioria das vezes teriam apenas uma porta, uma janela, e uma ou duas telhas deslocadas que remediavam a falta de chaminé na pequena zona que serviria de preparação das refeições. No exterior da casa, frequentemente ao fundo da Ilha, seriam encontradas as latrinas comuns que serviriam as 10, 15 ou 20 famílias que lá habitavam. Por vezes tinham um poço, que acabava por, muito frequentemente, estar contaminado pela proximidade das fossas e latrinas da área.” (RODRIGUES).

Essa forma de morar fazia com que houvesse uma vivência especial dentro da vizinhança, que se tornava quase uma única família. Bancos eram colocados nos corredores, que mesmo abertos ao ar livre, tornavam-se espaços escuros e limitados.

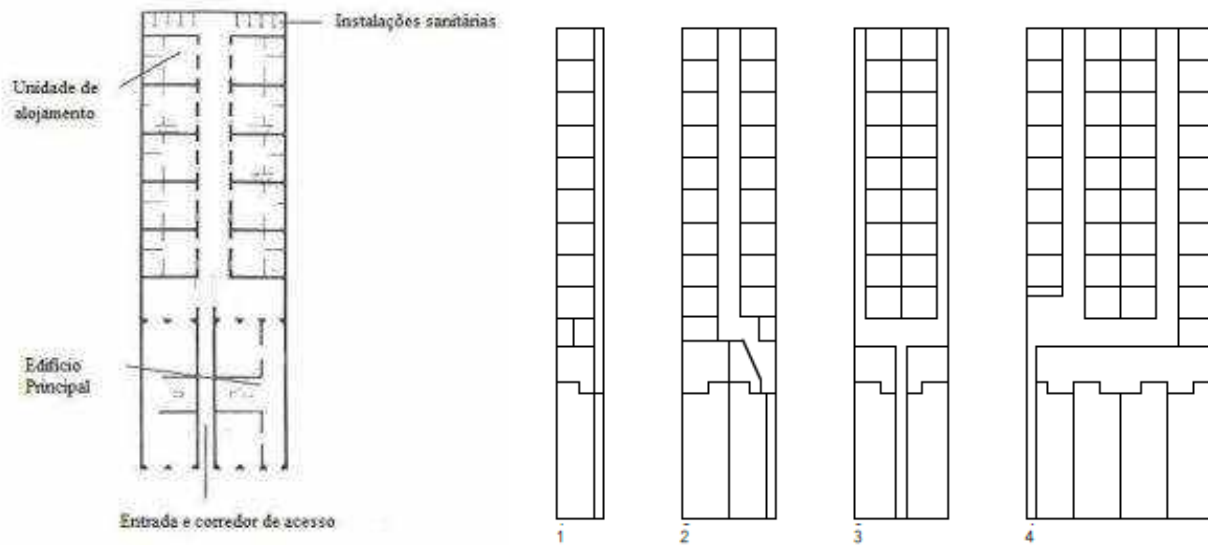


Figura 4 – Planta dos principais “tipo” de ilha. Fonte: RODRIGUES.

A figura 4 apresenta quatro tipologias das Ilhas do Porto, sendo elas uma Ilha construída num único lote (1), uma Ilha construída em dois lotes com corredor central (2), uma Ilha construída em dois lotes com as casas dispostas costas com costas e dois corredores laterais de acesso (3), e uma Ilha construída em terreno de traseiras correspondendo a vários lotes. Filas sucessivas de casas construídas costas com costas (4).

Por vezes, este tipo de habitação era construído independentemente das casas de classe média, sendo assim edificadas inteiramente no terreno e direcionadas às ruas, constituindo assim bairros operários originais, onde as casas eram maiores e possuíam na maioria das vezes mais de um piso em sua edificação. Um bom exemplo a citar é o Bairro do Herculano, situado na freguesia da Sé, na cidade do Porto, é realçado por sua grande vivência. O local iniciou um novo começo que valorizou suas marcas no tempo transformando o seu desenho e adaptando-se ao existente. A valorização do espaço público e a ideia de comunidade trouxeram novas oportunidades tornando o Bairro um cenário de novas possibilidades.

A problemática das Ilhas

Com o passar do tempo, as ilhas passaram a ter uma imagem miserável, a partir das descrições feitas por autoridades e elites, as quais tiveram apenas uma visão desfavorável deste tipo de



alojamento popular. Aspectos patológicos, focos de infecções e contaminações consideraram os alojamentos uma ameaça para a cidade. Essa percepção de um meio sócio cultural diferente impediu que as Ilhas obtivessem uma concepção de espaço social para classes populares e centenas de trabalhadores. Apesar da visão negativa coagida, ainda hoje uma quantidade significativa da população da cidade do Porto habita esse tipo de moradia.

Somente em 1899, após o aparecimento da peste bubônica, as entidades públicas se viram obrigadas a tomar medidas extremas de melhoramentos, pois o surgimento do surto fez com que classes elevadas se conscientizassem do problema das Ilhas, que até então tiveram suas existências ignoradas por burgueses e outras classes. A partir daí, precauções foram tomadas, regras de construção, sistemas de vistorias e vistorias sanitárias foram feitas para investigar o nível de salubridade dos locais. As Ilhas assim como as novas construções passaram a ser obrigadas a apresentar o projeto completo e respeitar cumprimento de regras, para estarem devidamente legais. Porém essas regras não demonstraram alternativas de alojamento para classes trabalhadoras, o que resultou no crescimento destas ilegalmente no início do século XX.

As condições miseráveis desta forma de habitar ainda eram presentes, entretanto, a iniciativa de fundos privados para proporcionar melhores condições de habitação para os trabalhadores não funcionaria, visto que os trabalhadores habitantes das Ilhas não poderiam pagar por isso. Concluiu-se então que as grandes instituições privadas com fundos suficientes é que poderiam promover essas ações filantrópicas. Assim sendo, o propósito da criação de colônias operárias, realizado por parte do jornal *O Comércio do Porto*, foi o primeiro feito deste tipo, que ofereceu rendas mais baixas que as de casas idênticas em situações e locais semelhantes, mas que acabaram por serem habitadas por empregados públicos ou particulares de classes bem remuneradas. As primeiras colônias operárias construídas foram a do Monte Pardal, Lordelo e Bomfim.



Figura 5 – Bairro do Bonfim, Monte das Antas, 2015. Fonte: ALMEIDA, 2015.

O melhoramento das Ilhas – Os Bairros Camarários

Com a implantação do Estado Novo já no século XX, mais uma vez surgiu o interesse de estímulos e melhoramentos nas construções operárias. No ano de 1933 o programa de habitações operárias foi criado pelo governo determinando que a tipologia das moradias apresentasse um ou dois andares e um jardim próprio. Os bairros periféricos onde elas deveriam estar instaladas promoveriam sua expansão e conseqüentemente novos centros urbanos. Sendo essas habitações independentes ou geminadas, destinaram-se à apenas uma família cada, embora desde cedo o modelo de habitação coletiva fosse reconhecido por ser mais econômico. Esse avanço de soluções realizado pela Câmara Municipal do Porto no início do século XX foi suporte da opção aplicada, mais tarde, com o Plano de Melhoramentos.

Foram edificados um total de 12 bairros de casas econômicas até o ano de 1950, porém cerca de 1662 fogos (habitações) foram construídos não substituindo as aproximadamente 10 000 habitações em Ilhas existentes. A legislação previa a construção, por bairro, de casas das classes A, tendo apenas um piso e agrupada em conjuntos de 100 a 50 moradias para a primeira classe e B, com dois pisos e agrupadas em 50 a 25 moradias para uma segunda classe. No entanto, as preocupações políticas eram maiores do que as humanitárias, dando predominância das casas de classe A, não beneficiando as classes mais pobres e carentes. Mais tarde, designaram-se mais duas classes de casas, C e D, que se destinavam à classe média.



“As casas da classe B, construídas entre 1938 e 1948, já tinham duas salas e um hall e algumas dispunham de cave, sem acesso independente. Com o Bairro de Marechal Gomes da Costa, distribuído entre 1950 e 1951, o primeiro no Porto com as novas classes de casas, C e D, a regra parece ser o aumento da qualidade das habitações e das áreas de implantação de cada vivenda.” (ALMEIDA, 2013)



Figura 6 – Bairro casas econômicas. Fonte: <http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

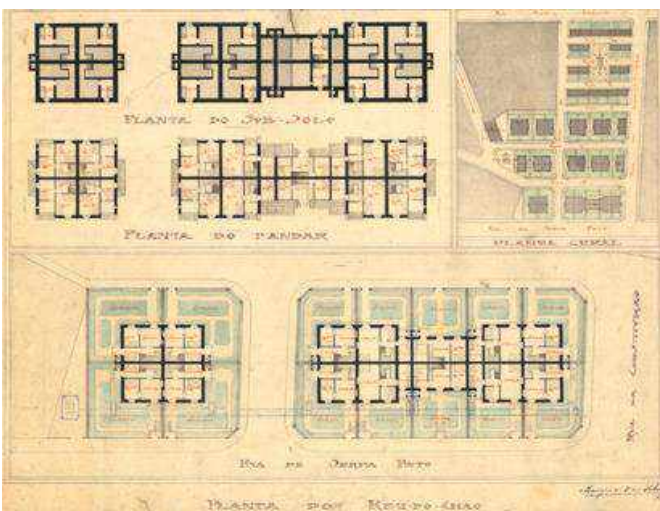


Figura 7 – Projeto do Bairro do Comércio do Porto, Monte Pedral, de Marques da Silva. Fonte: ALMEIDA, 2015.

Paralelamente a construção destes bairros, outras medidas foram tomadas pela Câmara do Porto visando obter reflexos diretos nas Ilhas. Uma vez que as habitações econômicas não foram suficientes para apoiar toda a população necessitada, grande percentagem destas recebia pouco sol e



tratamentos de esgoto, foram implantadas as habitações coletivas. Os blocos estariam próximos às áreas que estas pessoas viviam, mantendo assim o seu cotidiano. Este ideal era oposto ao Estado Novo, que teve como sua ideologia manter o isolamento, aconchego e intimidade familiar na forma de cidade-jardim britânica, edificadas nas zonas periféricas da cidade.

O Bloco Duque de Saldanha, primeiro grande imóvel de habitação social coletiva da cidade do Porto teve seu primeiro projeto destinado a 115 famílias no ano de 1937, posteriormente apresentando o projeto para 43 famílias em 1943.

“Aplicou-se uma tipologia urbana e residencial marcada por um grande pátio central semipúblico e por circulações através de galerias exteriores comuns, atingindo-se assim, um afirmado sentido comum ou convivial, mas em direta e positiva aliança com uma continuidade urbana agradavelmente marginal” (COELHO, 2009).



Figura 8 – Bloco Duque de Saldanha. Fonte: ALMEIDA, 2015.

Assim sendo, os bairros construídos teriam por vezes edifícios plurifamiliares, o que também não resultou em um ritmo suficiente para as necessidades da cidade. Havia necessidade de planos de expansão urbana, vista pelo governo. Um primeiro plano de salubridade das Ilhas foi aplicado com o conceito de demolição de uma casa para cada duas alinhadas, o que promoveria maior ventilação. O Plano foi pouco eficaz devido à falta de apoio de realojamento para essas pessoas, que acabaram por habitar outras Ilhas ao serem retiradas das suas.

Em 1956, o Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto tinha como objetivo a extinção das Ilhas através da criação de bairros com melhores condições de salubridade, critérios esses, diferentes do Plano de salubridade. No entanto, a ideia era a cada duas casas de Ilha contíguas, estas estariam unidas em uma única casa. Sendo assim, demolir 12 000 casas insalubres e assim dar



melhores condições para aqueles habitantes construindo novas 6000. Embora o Plano de Melhoramentos tenha constituído um instrumento urbanístico notável, propondo novo zoneamento, acessibilidades e valorização de terrenos da zona periférica e também criando expansão comercial e de serviços, os habitantes das Ilhas eram obrigados a alterar o seus quotidianos, se afastar de suas famílias próximas e seus vizinhos, sendo remanejados para essas localizações periféricas da cidade. O resultado disso causou nos moradores uma sensação de desenraizamento e descontentamento. A população obrigada a mudar para estes novos bairros, deveria seguir regras as quais se não fossem cumpridas, levariam à expulsão. Sendo assim, essas pessoas teriam que retornar às suas antigas Ilhas, caso ainda existissem, ou então ocupar outra qualquer ou vagar pelas ruas. Por fim, o Plano não se concretizou por completo, o que significa que ainda hoje permanecem Ilhas e outras habitações que retratam esta época.

Posteriormente, o Processo SAAL, criado em 1974, deu aos habitantes a possibilidade de colaborarem com as ações de transformação de seus bairros, iniciando um processo de construção participativa. Desta forma, as habitações deveriam respeitar a vontade de quem habitava, assim como as dimensões mínimas e a população podia também lutar pelos seus direitos como não ter que cumprir o código camarário, um conjunto de regras que se não fosse cumprido tornava o cidadão sujeito à expulsão, voltando para a sua antiga Ilha ou até mesmo vagueando pelas ruas. As situações de higiene eram proporcionadas pela mão-de-obra disposta pelo governo e o restante discutido com cooperativas e associações de moradores. Sendo assim, eles tiveram o direito de escolher se iriam se deslocar para a periferia ou permanecer em suas zonas. Este movimento deu o “direito à cidade”, fazendo com que as Ilhas não estivessem mais escondidas como anteriormente e não fossem encaradas como um problema que deve ser erradicado.

As intervenções de Álvaro Siza

O arquiteto Álvaro Siza Vieira, desenvolveu duas intervenções apropriando-se do espaço, revivendo as Ilhas e abrindo-as à cidade de maneiras diferentes. O projeto de S. Victor, uma das áreas mais ocupadas pelas Ilhas na zona oriental da cidade, teve início de sua obra em 1975 dando abertura da



estrada de acesso ao fundo do bairro procurando integrar as habitações pré-existentes. Siza procurou preservar a escala e organização existente, entretanto intervindo nos terrenos livres no interior do quarteirão, lotes livres da periferia, aproveitando fundações e paredes de antigas Ilhas que foram lá demolidas.

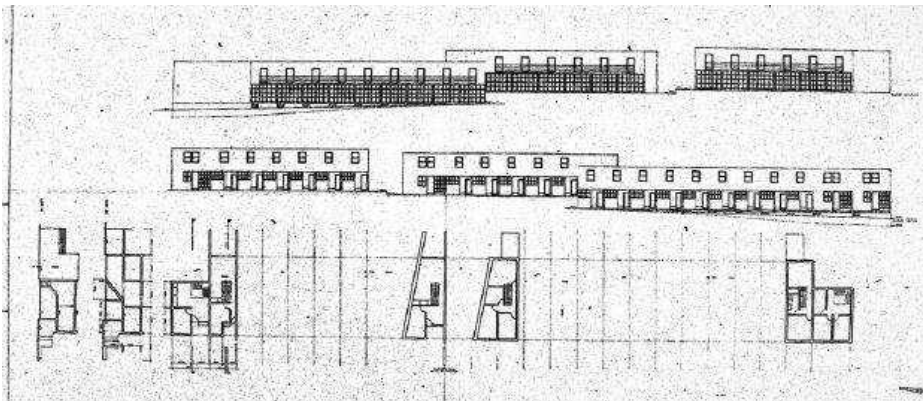


Figura 9 – Projeto de S. Victor, Álvaro Siza Vieira, 1974. Fonte: ALMEIDA, 2015.

Como referência na cidade do Porto, o projeto do Bairro da Bouça deparou-se com um grande desafio em sua construção. A linha férrea elevada existente próxima ao terreno apresentava muitos ruídos, o que fez com que Siza criasse paredes duplas de forma a proteger os habitantes dos sons incômodos. Composto por 4 blocos, o projeto possui como aspectos de destaque o seu minimalismo e funcionalismo. O interior em dúplex permite uma organização fácil separando zonas privadas e comuns da casa, a composição visual das fachadas chama a atenção para a disposição de escadas, portas e janelas assimétricas entre pisos sendo o último recuado, bem como o sistema de articulação das passagens que interligam o complexo. O projeto posteriormente foi alvo de intervenção, porém mantendo o seu desenho original, recebeu melhoramento na qualidade de suas habitações passando a ter novos corpos, alguns deles de estrutura semitriangular, um parque de estacionamento subterrâneo, espaços comerciais e zonas verdes. Nova vida foi trazida ao espaço.

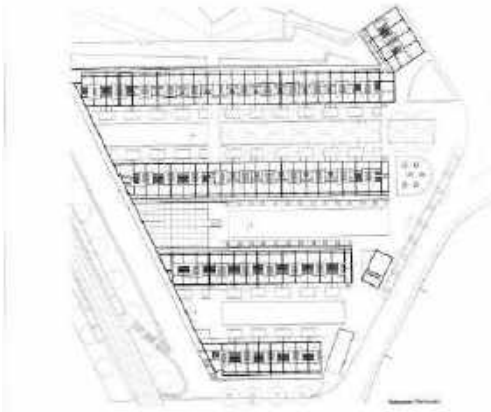


Figura 10 – Bairro da Bouça, 2015. Fonte: ALMEIDA, 2015.

Siza nestes dois exemplos procurou mostrar que é possível tomar partido das Ilhas de maneira positiva, criando essas novas habitações para trabalhadores e ligando-as à cidade contemporânea. O movimento SAAL teve uma duração curta e marcante na Europa, apresentando a relevância que a população pode intervir na urbanização da cidade, tornando as Ilhas como parte da cidade e uma herança a qual deve ser lembrada.

Mais tarde, a problemática das Ilhas ainda mostrou-se presente, tornando-se novamente uma situação sem reconhecimento devido. No entanto, outras estratégias foram surgindo no final do milênio para que houvesse a melhoria nas condições de vida e de habitação da população também no século seguinte.

Conclusão

Os estudos elaborados permitem a nossa compreensão para a caracterização da população, características das habitações, problemas e seu desenvolvimento em aspectos sociais e físicos como suas tipologias. Esse tipo de habitação denominado Ilhas, encontrado nos quintais traseiros das casas burguesas, por décadas não teve reconhecimento e importância de sua existência, abrigando em grande maioria a população vinda da zona rural e apresentando diversos problemas de salubridade. Entretanto a concretização de Planos e novos ideais com o passar dos anos permitiu que a cidade do Porto vivenciasse anos de estudos e qualidades em sua organização. Com o início do Estado Novo, os traçados das habitações dos bairros de moradias populares mantiveram algumas direções de organização, obtendo mais ligações físicas com as ruas.



Por fim, o espaço residencial não é apenas uma existência física, mas também social o qual permanecem memórias, relações entre os indivíduos em que lá vivem e expectativas sobre as condições daquele lugar. Sendo assim, oportunidades foram dadas àqueles em que lá habitavam. O Processo SAAL se sobressaiu neste momento e ainda nos dias hoje a situação das Ilhas não possui ao certo uma conclusão definida, porém deixa marcos de sua estrutura e população durante um século e meio de transições.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Beatriz Gomes; *Ilhas, do lado de lá da rua: Reflexão sobre a Habitação Popular e Social e a sua Integração*. Dissertação de mestrado, Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura do Porto, Porto, 2015.
- ALMEIDA, Paulo. *Bairros Econômicos do Porto: A casa como arma política*. Universidade do Porto, Porto, 2013.
- CARDOSO, Vasco. *Bairros de casas econômicas e grupos de moradias populares: o encontro de duas morfologias de padrão geométrico*. Tese de doutorado, Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.
- COELHO, António Baptista. Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972, *Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 2009.
- MAGALHÃES, Sofia Monteiro. *Bairro Herculanoo: Novo estrato num processo de sedimentação*. Dissertação de mestrado, Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2017.
- PEREIRA, Gaspar Martins. *Casa e família, as 'ilhas' no Porto em finais do século XIX*, em *Revista População e Sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População e Família. N.º 2 (1996), 2010.
- RODRIGUES, Rosa Vieira. MATOS, Fátima Loureiro. *As Ilhas do Porto: Lugares de Resistência*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SEIXAS, Paulo Castro. *Identidades de uma cidade: As Ilhas e o Porto*. Edições Afrontamento: Porto, 1997.
- VÁZQUEZ, Isabel; CONCEIÇÃO, Paulo. *“Ilhas” do Porto – Levantamento e Caracterização*. 1ª edição Porto: Porto, 2015.



Mini currículo:



Andrea Toth Teixeira

Arquiteta e Urbanista, Bacharel, Estudante Especial do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, tecnologia e Cidade em Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Avenida Coronel Joaquim Montenegro, 17 / 71, Ponta da Praia, Santos/Sp. 11035-001, andreatoth93@outlook.com, <http://lattes.cnpq.br/6302196463558930>, (55 13) 99733 0893.

TEIXEIRA, Andrea Toth. As Ilhas do Porto e as tipologias de habitação dos séculos XIX e XX. *5% Arquitetura + Arte*, São Paulo, ano 13, volume 01, número 16, pp. 96.1 - 96.27, jul. dez., 2018. disponível em: <http://revista5.arquitetonica.com/index.php/magazine-1/arquitetura/as-ilhas-do-porto-e-as-tipologias-de-habitacao-dos-seculos-xix-e-xx>